

# Luís Eduardo é contra mudança no regimento

SÃO PAULO — O Governo traçou anteontem à noite, numa reunião entre Fernando Henrique, Marco Maciel, Nelson Jobim e os líderes dos partidos governistas, sua estratégia para a aprovação das reformas na Ordem Econômica. O objetivo é obter a votação das cinco emendas encaminhadas ao Congresso em, no máximo, um mês. Para tanto, o caminho será a modificação do regimento do Congresso.

Em Brasília, porém, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), disse que não apoiará qualquer mudança no regimento interno da casa com o objetivo de acelerar a tramitação das emendas propostas pelo Governo. A posição de Luís Eduardo deve sepultar a idéia de Temer, que até ontem era considerada a ideal pelos líderes do PSDB, José Aníbal (SP), e do Governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS).

— A Mesa não tomará a iniciativa de modificar os prazos estabelecidos no regimento interno — disse Luís Eduardo.

Hoje cada proposta tem 40 sessões ordinárias como prazo máximo de tramitação, o que, descontados os fins de semana, consome 48 dias. A intenção dos aliados do Governo, acolhendo proposta apresentada pelo líder do PMDB na Câmara, Michel Temer (SP), é convocar esforço concentrado e incluir nesse prazo sessões extraordinárias — aos



**“A Mesa não tomará a iniciativa de modificar os prazos previstos no regimento”**

**Luís Eduardo Magalhães**

sábados e domingos ou até duas num mesmo dia. O líder do Governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), revelou que a estratégia inclui ainda a tramitação em bloco das emendas.

A forma de reduzir o tempo de tramitação das propostas, segundo Luís Eduardo, deve ser a articulação política dos líderes que apóiam o Governo. Ele acha que os relatores podem apresentar seus pareceres sobre as emendas sem usar as 40 sessões.

— Os prazos previstos são bons para que as questões sejam discutidas, por isso mudanças são desnecessárias — argumen-

tou, acrescentando que a pauta da Câmara está em dia, não sendo obstáculo para que o plenário delibere sobre as reformas.

Terça-feira, com a instalação da Comissão de Constituição e Justiça, começa a contar o prazo para a tramitação das emendas. O presidente da Comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), vai nomear os cinco relatores para as emendas enviadas. Eles terão cinco sessões para dar parecer de admissibilidade. O próximo passo é a tramitação nas comissões especiais, que devem ser nomeadas quarta-feira e que terão 40 sessões para o exame do mérito da matéria.